



PROCURADORIA

SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

PL 0809/2024

Realizada a pesquisa, a respeito do assunto foi localizado o seguinte:

- Código Penal

- Lei Federal nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, que regula o parágrafo 7º do artigo 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades, e dá outras providências;

- Lei Federal nº 12.845, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual;

- Norma Técnica de Atenção Humanizada ao abortamento do Ministério da Saúde (Anexo A – Portaria MS/GM nº 1.508, de 1º de setembro de 2005, que dispõe sobre o Procedimento de Justificação e Autorização de Interrupção de Gravidez nos casos previstos em lei, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS);

- Norma Técnica Atenção às Mulheres com Gestação de Anencéfalos do Ministério da Saúde

- Norma Técnica de prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes do Ministério da Saúde;

- Lei Orgânica do Município de São Paulo;

- Lei Municipal nº 13.172, de 15 de agosto de 2001, que institui, no âmbito do Município de São Paulo, o Programa "Mulher - Sua Saúde, Seus Direitos", regulamentada pelo Decreto nº 43.060/2003;

- Lei Municipal nº 14.413, de 31 de maio de 2007, que dispõe sobre os direitos dos usuários dos serviços e das ações de saúde no Município, e dá outras providências, alterada pela Lei nº 15.281/2010;

- Lei Municipal nº 14.959, de 16 de julho de 2009, que institui o Programa de Divulgação dos Serviços relativos à Saúde da Mulher, e dá outras providências;

- Lei Municipal nº 15.043, de 27 de novembro de 2009, que dispõe sobre os serviços públicos municipais de atendimento à saúde da mulher, e dá outras providências;

PL 571/2024 Dispõe sobre a autorização ao Poder Executivo do município de São Paulo para afixar informativos referente ao que consta na legislação para atendimento de interrupção de gravidez decorrente de violência, nas unidades de saúde no âmbito municipal e dá outras providências.

**PROCURADORIA**

PL 334/2024 Dispõe sobre a autorização ao Poder Executivo do Estado de São Paulo para afixar informativos referente ao que consta na legislação para atendimento de interrompimento de gravidez decorrente de violência, nas unidades de saúde no âmbito do Estado de São Paulo e dá outras providências.

Cópia das Leis e dos projetos acima indicados acompanham a presente informação.

PL 192/2024 Dispõe sobre afixação de cartaz informativo sobre o atendimento de pessoas com gestação indesejada no âmbito do Município de São Paulo.

PR 11/2024 Cria a Frente Parlamentar em Defesa da Vida, da Família e do Direito Natural

PL 569/2023 Cria o "Programa Criança não é Mãe" no município de São Paulo e dá outras providências.

PL 109/2023 Institui o Estatuto do Nascituro no âmbito do Município de São Paulo e dá outras providências.

PL 180/2021 Dispõe sobre afixação de cartaz informativo sobre atendimento às mulheres vítimas de violência sexual nos serviços públicos no âmbito do Município de São Paulo.

PL 168/2021 Institui o programa de atenção humanizada ao aborto legal e juridicamente autorizado no âmbito no Município de São Paulo

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente.

São Paulo, 02 de dezembro de 2024.

CINTIA TALARICO DA CRUZ CARRER
Procuradora Legislativa
Setor De Pesquisa e Análise Prévia de Proposituras